

Regulação de Conflitos Sócio-Ambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia : restrição ao acesso à matéria-prima para o artesão local

Autoria: José Célio Silveira Andrade, Maria de Fátima Barbosa Góes, Emiliana da Costa Vargens, Maria Teresa Franco Ribeiro

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de regulação de conflitos sócio-ambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN), particularmente no que diz respeito à restrição ao acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica. Para alcançar este objetivo, utilizou-se da estratégia metodológica intitulada estudo de caso e dos seguintes instrumentos de coleta de dados: análise de documentos; entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante. Os produtos associados a este trabalho de pesquisa incluem: uma grade analítica construída a partir da abordagem teórica institucionalista e os resultados da aplicação desta grade para analisar o processo de regulação do conflito sócio-ambiental relacionado com a restrição ao acesso à principal matéria-prima para o artesanato local, a palha de piaçava. Espera-se que o artigo contribua para a discussão e compreensão dos desafios envolvidos na construção da sustentabilidade e subsidiar a formulação de políticas de intervenção dos diversos atores envolvidos com a questão da sustentabilidade da APA-LN.

Introdução

Na segunda metade do século XIX, o meio ambiente surgiu como um campo do conhecimento dedicado ao estudo da economia da natureza ou das relações dos seres vivos com os meios em que vivem. Problematicando a questão ambiental através do uso da equação recurso-escassez, esta vertente atribui aos elementos da natureza uma utilização econômica e coloca o controle e a proteção dos recursos naturais como a principal via de resolução dos problemas ambientais. Entretanto, segundo Scotto & Limoncic (1997), os trabalhos sobre o meio ambiente foram, aos poucos, se aproximando das ciências sociais, fazendo emergir algumas linhas de pensamento ecológico social que procuram defender que a gestão de relações sociais contraditórias também é fator determinante para a definição dos diferentes modos de uso e apropriação dos recursos naturais. Para defender este argumento, estas vias lançam seu olhar sobre os atores que estão envolvidos com o uso e a gestão dos recursos naturais, como também, sobre os processos decisórios e as correlações de força que configuram cada situação-problema sócio-ambiental (IBASE, 1997). Essa ótica considera a gestão do meio ambiente como resultante da participação de atores sociais, da construção de sujeitos coletivos, da constante composição, oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da apropriação dos bens naturais.

Nestes termos, o meio ambiente constitui-se, teoricamente, em recursos da natureza não passíveis de apropriação individual, já que deles depende, direta ou indiretamente, o bem estar da sociedade. Por causa disto, definem-se esses recursos naturais como bens de uso comum. Entretanto, devido aos múltiplos jogos de interesses, no seio da sociedade, que muitas vezes vão de encontro a idéia de bem coletivo, os recursos naturais passam a ser objetos de apropriação privada e uso diversos. Assim, torna-se necessário reconhecer o meio ambiente como um campo de tensão permanente entre interesses individuais e coletivos. Segundo Scotto & Limoncic (1997), os primeiros podem ser caracterizados como sendo aqueles que orientam ações e práticas nas quais prevalecem a lógica do uso privado dos bens públicos. Este modo de uso dos recursos naturais pode acarretar danos ao meio ambiente, afetando sua

disponibilidade para outros segmentos da sociedade e incorrendo em prejuízos ao uso comum dos bens públicos em questão. Por outro lado, existem interesses que são expressões do caráter público do meio ambiente e seus porta-vozes defendem a permanência e disponibilidade dos bens ambientais coletivos. A sustentabilidade desses recursos, para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da sociedade, é um dos princípios básicos que vinculam-se a esta corrente.

Pode-se afirmar que todos os problemas sócio-ambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza–sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas sócio-ambientais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos sócio-ambientais, e da relação confronto - negociação entre atores sociais, resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação destes conflitos.

Para Scotto & Limoncic (1997), a área de interseção deste processo depende, essencialmente, de alguma forma de entendimento, de acordos entre as partes, visando definir, por exemplo, o que é público e o que é privado, o que pode ser feito individualmente e o que deve ser respeitado pela coletividade. Isto não se dá de maneira automática, mas com base em negociações. Para tal, é necessário identificar os problemas sócio-ambientais percebidos pelas organizações e atores envolvidos em situações conflituosas.

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de regulação de conflitos sócio-ambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN), particularmente no que diz respeito à restrição do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica. Para alcançar este objetivo, utilizou-se da estratégia metodológica intitulada “estudo de caso” e dos seguintes instrumentos de coleta de dados: análise de documentos; entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante. Os documentos consultados e as entrevistas realizadas para a elaboração do estudo de caso encontram-se devidamente referenciados no final deste artigo. Os dados coletados durante a análise de conteúdo dos documentos pesquisados, as entrevistas realizadas com informantes-chave e as observações registradas no diário de pesquisa de campo foram confrontados através da técnica de “triangulação de dados”. A utilização desses procedimentos metodológicos permitiu a verificação dos critérios de coerência e consistência dos dados coletados. A observância desses critérios foi de extrema importância para assegurar a qualidade dos resultados obtidos durante o processo de análise dos dados à luz da abordagem teórica utilizada.

Os produtos associados a este trabalho de pesquisa incluem: uma grade analítica construída a partir da abordagem teórica institucionalista e os resultados da aplicação desta grade para analisar o processo de regulação do conflito sócio-ambiental relacionado com a restrição ao acesso à principal matéria-prima para o artesanato local, a palha de piaçava. Espera-se que o artigo contribua para a discussão e compreensão dos desafios envolvidos na construção da sustentabilidade e subsidiar a formulação de políticas de intervenção dos diversos atores envolvidos com a questão da sustentabilidade da APA-LN.

1. Referencial Institucionalista: abordagem sociológica das lógicas de ação

A abordagem sociológica das Lógicas de Ação é um constructo analítico resultante da articulação entre correntes, em princípio autônomas, que têm sua origem na sociologia das organizações francesa, tais como a Análise Estratégica de Crozier e Friedberg (1977), as Economias de Grandeza de Boltanski e Thévenot (1991) e a Sociologia da Tradução (Callon apud Amblard *et al.*, 1996). Ao tentar reconciliar estes diferentes olhares, propondo a

mobilização simultânea ou sucessiva, mas sempre articulada, de conceitos, noções e paradigmas pensados *a priori* separadamente, a abordagem das Lógicas de Ação sugere a investigação dos fenômenos intra e interorganizacionais a partir de uma construção teórica híbrida e multipolar que incorpora, ao processo de formação de estratégias organizacionais, as noções de "poder", "conflito", "atores estratégicos", "cooperação", "regras", "convenções", "tradução" e "acordos".

Assim, segundo a abordagem das lógicas de ação, não é possível analisar o comportamento do ator estratégico descontextualizado da situação que o envolve (Amblard *et al.*, 1996). Essa abordagem pressupõe justamente a simbiose: ator estratégico + situação-problema = lógica de ação. Admitindo como premissa que as interações entre atores estratégicos não ocorrem no vácuo e não são sempre guiadas por interesses individuais, a abordagem das lógicas de ação assume a existência do binômio conflito-cooperação durante o processo de formação de estratégias através dos jogos entre atores estratégicos. A análise estratégica de Crozier e Friedberg (1977) baseia-se em autores da escola cognitiva, ao admitir que a capacidade de ação dos atores repousa, entre outras limitações, principalmente, no princípio da racionalidade limitada. Para alcançar os seus fins, o ator estratégico calcula, porém o faz num quadro de racionalidade limitada.

Constata-se que numa dada situação, os atores não escolhem sempre a melhor estratégia, mas um arranjo satisfatório, que satisfaça os seus interesses, em função de seu grau limitado de processamento da informação e de sua capacidade restrita de ação devido às suas percepções incompletas e imperfeitas do contexto ambiental. Portanto, pode-se considerar que os atores entram nos jogos de poder para, através do conflito, obter a cooperação. As relações de poder são, então, dinâmicas, recíprocas e sempre negociadas em função de uma solução balanceada entre conflito-cooperação, através da formação de estratégias mistas. Crozier e Friedberg (1977) enfatizam a concepção da estratégia organizacional como processo socialmente construído e, ao mesmo tempo, produto multifacetado de um conjunto de inter-relações entre atores, em cuja formação os jogos de poder estariam sempre evidenciados. Entretanto, a análise estratégica desses autores não avança na questão dos modos de regulação do conflito ou das condições de produção de acordos e compromissos entre os atores. A abordagem das Economias de Grandeza (Boltanski e Thévenot, 1991) apresenta os argumentos que podem preencher, parcialmente, esta lacuna, ao se debruçar sobre os modos institucionais de regulação.

Fundada sobre a problemática da abordagem sociológica das convenções e considerada como uma das precursoras da corrente francesa denominada "Economia das Convenções", ao mesmo tempo, revestida de viés fortemente cognitivo, esta $\square \frac{1}{2}$ perspectiva teórica interessa-se pelos modos de regulação de conflitos entre atores estratégicos, através da produção de acordos justificados e legítimos, analisando as modalidades através das quais esses atores encontram modos de cooperar no conflito, apesar de possuírem interesses, em princípio, divergentes. Sendo seus autores, para que ocorra esta regulação é preciso que sejam estabelecidas convenções entre os atores envolvidos. O cerne da problemática da Escola das Convenções, em geral, e das Economias de Grandeza, em particular, reside na reflexão sobre a produção de acordos e sobre a coordenação de atores envolvidos em situações de conflito-cooperação.

Partindo da premissa que todo processo conflituoso impõe aos atores a busca de articulações e a constituição de alianças para sua regulação, a abordagem teórica das convenções ocupa-se em estudar a dinâmica do "mundo dos acordos", ou, por outra, a maneira através da qual os atores estratégicos, ou grupos de atores organizados em redes de representação de interesses, com competências cognitivas limitadas, cooperam através da elaboração de acordos e articulação de compromissos, tecidos a partir de objetivos e interesses divergentes. Isto posto, tais acordos não precisam se ater aos limites legais-

contratuais, ao contrário, com frequência extrapolam a fronteira das regras legais preestabelecidas. O acordo, então, é visto como uma construção passível de evolução. Esta escola argumenta que as convenções, isto é, os mecanismos de regulação não-mercantis, podem constituir-se tanto como contratos escritos quanto podem permanecer como acordos informais.

Resta saber como estas convenções são elaboradas, sobre quais referências apóiam-se e através de quais elementos podem ser concretizadas. A abordagem das Economias ou Mundos de Grandeza (Boltanski e Thévenot, 1991) parece contribuir para a resposta ao apresentar como pressuposto o raciocínio de que a identificação dos princípios de legitimidade ou do tipo de racionalidade que caracteriza os “mundos” aos quais pertencem os atores constitui uma fase necessária à negociação de conflitos, à produção de regras e à construção de acordos. Para Boltanski e Thévenot (1991) não é possível obter a coordenação entre atores que permanecem imersos apenas na lógica de ação de seu respectivo mundo, posto que diferentes mundos mobilizam diferentes grandezas ou sistemas de legitimação. Para regular o conflito, os fundamentos do acordo não podem ser buscados nas formas ou objetos sociais relativos aos atores tomados isoladamente. Ao contrário, tais fundamentos devem ser tecidos a partir do encontro ou da zona de interseção observada entre as diferentes racionalidades em jogo. Esta clarificação só é tornada possível quando as diferentes lógicas ou racionalidades em jogo são “traduzidas”, na medida do possível, na linguagem umas das outras.

O princípio da tradução de Callon e Latour (1991) figura como o elemento final que vai permitir a decodificação das diferentes lógicas de ação dos atores estratégicos, em elementos comuns, possibilitando o surgimento dos mecanismos de produção de acordos, ou emergência de zonas de cooperação, no conflito. Traduzir aqui, significa tornar inteligível para o portador de uma lógica de ação “A”, um enunciado a priori não inteligível produzido pelo portador de outra lógica de ação “B”, numa operação que permita “estabelecer um elo de inteligibilidade entre partes heterogêneas” (Callon e Latour, 1991). Assim, a tradução é o movimento que promove a convergência de interesses, (re)conciliando enunciados e propósitos aparentemente incompatíveis e tornando possível a articulação de espaços de negociação e compromissos, entre os atores, em princípio, conflitantes. Portanto, a tradução das diferentes lógicas de ação dos atores estratégicos e a formação de redes de representação de interesses possibilitam a emergência de zonas de interseção das racionalidades, em jogo, nas quais encontram-se os fundamentos do processo político-institucional de formação de mecanismos de regulação.

2. Grade Analítica da Pesquisa: mecanismos político-institucionais de regulação

Para a compreensão do fenômeno de construção de mecanismos político-institucionais de regulação, este artigo se utiliza de uma grade analítica que emergiu do referencial institucionalista. Assim sendo, tal grade estruturada, apresentada no Quadro 1, é resultante da sistematização dos pressupostos teóricos que foram escolhidos para operacionalizar o padrão analítico da regulação de conflitos sócio-ambientais.

Quadro 1– Processo de Construção de Mecanismos Político-Institucionais de Regulação

Fase I: Contextualização das Situações-Problema Sócio-Ambientais

1. Reconstituição histórica das situações-problema.
2. Identificação dos principais atores envolvidos.
3. Verificação do que cada um dos atores percebe como problema.
4. Identificação dos elementos ambientais, objetos do conflito, e seus diferentes modos de apropriação social.
5. Mapeamento dos interesses e objetivos cristalizados em torno do conflito.

Fase II: Caracterização do Arcabouço Político-Institucional de Regulação

1. Identificação dos sistemas de regras de controle e modos de regulação privilegiados pelos atores.
2. Tradução das lógicas de ação e dos princípios de argumentação adotados pelos atores.
3. Verificação da evolução do nível e do tipo de organização decorrentes do conflito.

4. Reconstituição das diferentes redes interorganizacionais de representação de interesses.
5. Reconhecimento dos objetos-chave utilizados por cada uma das redes como formas de ação e de confronto.

Fase III: Análise do Processo de Regulação das Situações-Problema Sócio-Ambientais

1. Investigação da estrutura de correlação de forças, em jogo, através de políticas de aliança e barganha.
2. Construção das estratégias de ação dos atores para a gestão do conflito.
3. Verificação dos papéis dos atores no processo de mediação e regulação do conflito.
4. Busca da cooperação, entre as partes em conflito, através da negociação de acordos e compromissos.
5. Balanço entre conflito/cooperação dos acordos extraídos.

Fonte: Andrade (2000)

3.Unidade de Análise da Pesquisa : área de influência do Complexo Costa do Sauípe

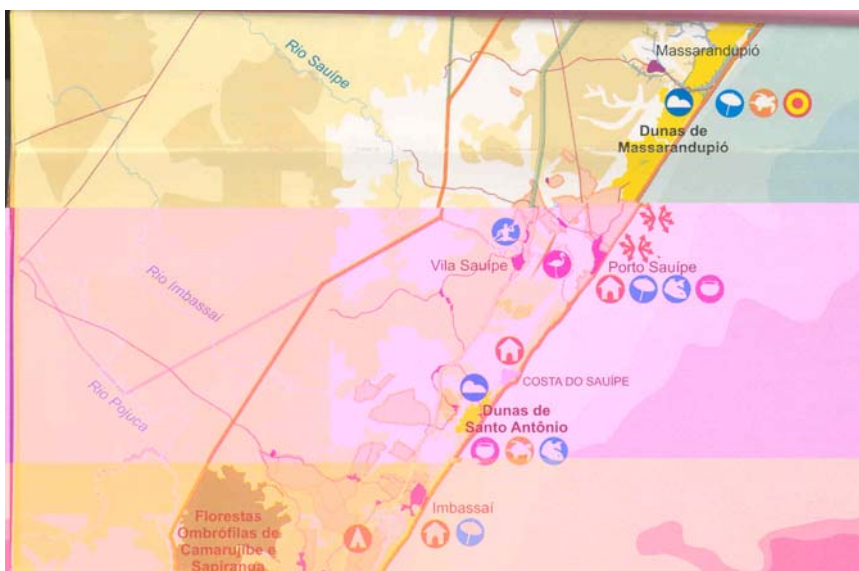
O primeiro passo na delimitação da unidade de análise deste trabalho foi indentificar as principais mudanças institucionais e intervenções governamentais e empresariais, no setor de turismo, realizadas, recentemente, no Litoral Norte do estado da Bahia, que contemplassem diferentes formas históricas de ocupação e organização social dos ecossistemas desta região.

Dada a sua abrangência, delimitada pelos limites geográficos oficiais da Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA-LN), assim como das suas problemáticas sócio-ambientais específicas, optou-se por restringir espacialmente essa unidade para a realização dos diagnósticos desta pesquisa. Portanto, para a demarcação dessa região, foram utilizados critérios geográficos, fitoecológicos e sócio-econômicos.

Chegou-se, assim, a uma unidade de análise compreendida pela área de influência direta do Projeto Costa do Sauípe, principal investimento empresarial da indústria do turismo, realizado na APA-LN, entre 1990-2000. A área de influência direta do Projeto Costa do Sauípe (ver Figura 1, a seguir) compreende tanto localidades pertencentes ao município de Mata de São João (Santo Antônio, Diogo, Areal, Curralinho e Vila Sauípe) quanto povoados localizados no município de Entre Rios (Porto Sauípe e Canoas).

O propósito foi recortar uma unidade de análise onde coexistissem atividades modernas – relacionadas a empreendimentos turísticos internacionais – com atividades tradicionais, baseadas no uso direto da biodiversidade da Mata Atlântica. Na unidade de análise recortada a diversidade social está intrinsecamente articulada à biodiversidade natural. A proteção do meio ambiente é somente uma dimensão de análise, a outra seria a preservação da diversidade cultural. Assim, entende-se que a compreensão e atuação sobre o local e o território não se restringe ao espaço físico limitado geograficamente, mas a um espaço que tem uma história, uma cultura.

Figura 1 – Unidade de Análise da Pesquisa: Área de Influência do Complexo Costa de Sauípe



Fonte: CONDER (2001)

4. Restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanato : análise da regulação do conflito

Na pesquisa de campo, identificou-se que uma das relações de conflito sócio-ambiental na área de influência do Complexo Costa de Sauípe diz respeito à limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica da APA-LN para a extração de palha de piaçava, importante matéria-prima de produção do artesanato local. Nesta seção, descreve-se e analisa-se esta situação-problema sócio-ambiental à luz da grade analítica apresentada anteriormente no Quadro 1.

4.1 Caracterização da APA-LN

Até a década de 70, com um processo lento de ocupação e uma base econômica consolidada em torno da agricultura de subsistência e de atividades extrativistas de produtos vegetais e animais, o Litoral Norte da Bahia não tinha sofrido grandes mudanças sócio-econômicas. No entanto, a partir das três últimas décadas, vem se observando modificações fundamentais na estrutura produtiva e fundiária da região com a introdução de novas atividades econômicas, vinculadas, principalmente, ao segmento do turismo.

A nova concepção do turismo, como a alternativa mais adequada para o desenvolvimento sustentável da região do Litoral Norte da Bahia, demandou, nos anos 90, por parte das agências governamentais, a realização de atividades de planejamento integrado. Assim, com os objetivos de promover o desenvolvimento desta região, induzir a parceria com o setor privado, dotar a região de infra-estrutura básica e de transportes, valorizar a base de recursos naturais e culturais disponíveis, desenvolver centros turísticos integrados e incentivar o surgimento de outras alternativas econômicas complementares, foi concebido o Programa Governamental de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-Bahia). Financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)/Banco do Nordeste (BN) e coordenado pela SUDETUR (Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia), ligada à Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), este Programa previa o desenvolvimento do turismo em zonas economicamente deprimidas – mas com vocação e potencial para tal – e sem atividade econômica relevante, à exceção da pesca artesanal e do extrativismo. Havia uma preocupação em definir como preservar áreas excepcionais ao turismo para que, à medida que este fosse se desenvolvendo não impactassem de maneira desordenada as características sócio-ambientais dos ecossistemas das regiões. Entretanto, estudos mostram que as ações empreendidas no âmbito do PRODETUR-Bahia – referência para o modelo de desenvolvimento da região – (construção da BA-099, implantação de complexos turístico-hoteleiros ao longo da Costa dos Coqueiros etc.) contribuíram, entre outros impactos sócio-ambientais, para dificultar o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais, a exemplo da palha de piaçava.

A Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (APA-LN) – que abrange cinco municípios (Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra) foi criada em 17 de março de 1992, pelo Decreto Estadual 1046/92, para ser uma das estratégias de conservação ambiental do PRODETUR-Bahia, tendo em vista a necessidade de preservar os recursos naturais e culturais ali existentes, pressionados pela construção dos 142 quilômetros da BA-099, conhecida como Linha Verde (Oliveira, 2000). Na mesma data da criação da APA-LN, o processo de licitação para a construção da Linha Verde foi iniciado e, em 1993, a sua conclusão possibilitou o acesso a uma região, até então, relativamente preservada em seus recursos naturais e paisagísticos, como em suas tradições culturais, sociais e arquitetônicas.

Visando reduzir os impactos ambientais negativos ao longo da APA-LN e estabelecer diretrizes para uma ocupação compatível com a diversidade e a fragilidade dos ecossistemas existentes, foi aprovado em 1995 o Plano de Manejo da APA-LN através da Resolução CEPRAM 1040/95, tendo como Órgão Gestor o Centro de Recursos Ambientais (CRA), agência governamental de controle ambiental do estado da Bahia. Este Plano de Manejo, coordenado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), apresenta restrições ao uso do solo estipuladas de acordo com o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) da APA-LN. Neste zoneamento foram estabelecidas sete zonas agrupadas nas seguintes categorias: preservação (zona de vida silvestre), conservação (zona de manejo especial) e uso sustentado (zonas de agricultura, urbanização, expansão urbana, ocupação rarefeita e turismo).

Durante cinco anos de trabalho, através de um Convênio de Cooperação Técnica assinado com o governo britânico, realizou-se baseado na metodologia intitulada Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o Programa de Planejamento e Gestão Ambiental da APA-LN (PPGA). Esse Programa envolveu o CRA, a CONDER, a UNIFACS (Universidade Salvador), a SUDETUR, o DERBA (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia), as cinco Prefeituras Municipais localizadas no âmbito da APA-LN, além do DFID (Department for International Development) do Reino Unido, através da parceria WS Atkins International Limited e NRI (Natural Resources International). Em 2001, como resultado do PPGA, foi lançado o PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável da APA-LN (CONDER, 2001).

4.2 Perfil do Empreendimento “Projeto Costa do Sauípe”

Considerado o maior pólo de turismo, lazer e negócios da América do Sul, o empreendimento “Projeto Costa do Sauípe” foi concebido na segunda metade da década de noventa. Distante aproximadamente 76 Km do Aeroporto de Salvador, através da BA-099 (Linha Verde), envolve uma área de aproximadamente 1.755 ha da Fazenda Sauípe, de propriedade da ODEBRECHT S.A., localizada no município baiano de Mata de São João. Norberto Odebrecht adquiriu parte dessas terras, em 1944, junto ao Banco de Londres, indenizando cerca de 2,5 mil posseiros (Souza, M. 2002). Situado no interior da APA-LN, este empreendimento integra o Centro Turístico Forte-Sauípe, localizado na Zona Turística Litorânea denominada de Costa dos Coqueiros.

O “Complexo Costa de Sauípe” é um dos centros turísticos idealizados pela SUDETUR (agência executiva responsável pelo desembolso de fundos do PRODETUR-Bahia destinados ao desenvolvimento da infraestrutura turística da Bahia) para serem implantados na Costa dos Coqueiros. A implantação desse empreendimento segue a estratégia da SUDETUR de promover o turismo de elite em grande escala no Litoral Norte da Bahia, vinculado à promoção de Salvador como um centro turístico-cultural e, portanto, elemento chave do plano de desenvolvimento econômico implementado pelo Governo do estado (WS ATKINS, 2000).

A Fazenda Sauípe, em cujo interior foi implantado o Projeto Costa do Sauípe, caracterizava-se pelo predomínio de atividades agropecuárias tradicionais, através do uso direto de recursos naturais: cultivo de coco e pupunha, coleta de frutos (mangaba, manga, caju etc.), extrativismo de piaçava, além de pesca e mariscagem artesanais. A área é bem provida de recursos hídricos, caracterizados pelos rios Sauípe e Santo Antônio e pelos mananciais de dois sistemas aquíferos subterrâneos. Além de maciços representativos da Mata Atlântica, em vários estágios de regeneração, existem ecossistemas associados às formações vegetais desse bioma, tais como: restingas, manguezais, brejos etc.

O “Costa do Sauípe” é um projeto turístico-hoteleiro, com prazo de 20 anos para a implantação da sua última etapa, voltado para os mercados turísticos nacional e internacional. A sua propriedade é dividida entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do

Brasil (Previ), que detém 96,7% do empreendimento, e a ODEBRECHT S.A., detentora dos 3,3% restantes. O projeto inicial prevê a disponibilização de aproximadamente 65.366 leitos, através da construção de 62 hotéis com padrões de conforto 3 a 5 estrelas, 60 pequenas pousadas, com no máximo 50 quartos, 04 *campings*, além de Centros de Convenções, casas comerciais, restaurantes, equipamentos esportivos, culturais, de entretenimento e lazer (Carneiro, 2001).

Com obras de infra-estrutura básica dotadas pelo Governo do estado da Bahia e EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) realizado pela ECOPLAM (Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental), a primeira etapa do “Projeto Costa do Sauípe” foi inaugurada em outubro de 2000. Esta etapa é compreendida por 5 hotéis com nível internacional, pousadas temáticas, restaurantes, estrutura poli-esportiva e um centro de entretenimento.

De acordo com Carneiro (2001), entre janeiro e abril de 2001, o local registrou a presença de 70 mil hóspedes e uma taxa de ocupação média de 42 %, com o custo da diária em torno de R\$ 195. O público estrangeiro responde por 20% da ocupação do “Costa do Sauípe” e a sua meta é chegar, em 2004, com este percentual elevado para 50%. Para alcançar esta meta, a estratégia dominante da Sauípe S.A., administradora deste complexo turístico-hoteleiro, é o fortalecimento do processo de captação de novos vôos *charters* internacionais.

4.3 Contextualização do Conflito Sócio-Ambiental : restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanato

As atividades agropecuárias tradicionais e de produção extrativa vegetal e animal na área da APA-LN são responsáveis pela absorção de aproximadamente 15% da população nativa dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. Estas pessoas asseguram sua sobrevivência e reprodução mediante o trabalho autônomo relacionado ao uso, beneficiamento e/ou comercialização direta dos recursos naturais : pequena produção de coco, coleta de frutas, pesca, mariscagem, artesanato da palha de piaçava etc.

A atividade artesanal da palha de piaçava, cuja matéria prima é abundante em toda a região da APA-LN, é responsável pela ocupação, sobretudo, de mulheres nos dois municípios. A grande maioria é natural da região, onde cerca de metade da população tem idade inferior a 20 anos e dois terços têm, em média, apenas quatro anos de estudo. Agravando o quadro, o índice de analfabetismo gira em torno de 12%, chegando a mais de 50% em alguns povoados (CONDER, 2001).

O artesanato da palha de piaçava é uma das principais atividades econômicas tradicionais dos municípios do Litoral Norte da Bahia. Com a expansão da ocupação dessa região, no final da década de 1990, através da implantação de empreendimentos turísticos, foram vários os efeitos sobre o meio ambiente e o modo de vida das comunidades locais. A atividade de artesanato com palha de piaçava para a confecção de bolsas, tapetes, sacolas e outros produtos artesanais, tradicionalmente desenvolvida por mulheres, encontra-se mais concentrada na área de influência do Projeto Costa de Sauípe. Resultados do diagnóstico sócio-ambiental da APA-LN apontam que os pesos – tanto do artesanato (como fonte de emprego e renda), quanto da utilização da palha de piaçava (como principal matéria-prima para a atividade artesanal) – são maiores em Mata de São João e Entre Rios e menores nos municípios mais ao norte da Costa dos Coqueiros. Assim, ao contrário do artesanato no restante do Litoral Norte – que envolve um menor número de artesãos e uma maior diversidade de produtos e de matérias-primas – em Mata de São João e Entre Rios, mais especificamente nas localidades de Porto Sauípe, Curralinho, Diogo e Santo Antônio, produz-se peças em piaçava de uso pessoal ou de utilidade doméstica, como bolsas variadas, sacolas, chapéus, esteiras, tapetes e jogos americanos (Mattedi, 2002).

A confecção de um produto artesanal mobiliza um grupo de mulheres, desde a colheita da matéria-prima, a palha da piaçava, até a secagem, tingimento, desfiamento, trançado e costura final. A coleta do “olho da palha da piaçava” é feita quase que diariamente na mata, na qual procede-se à extração das folhas brotadas mais recentemente nos núcleos das piaçaveiras. Este método de manejo da palmeira é ecologicamente sustentável, já que permite a renovação da mesma. O processo de tingimento se dá de forma bastante rústica, com a lama preta do mangue, caju, urucum, capiangá e outros corantes naturais. Ao longo do tempo e com a necessidade de ampliar a variação de cores dos produtos, também foram sendo utilizadas as anilinas químicas. Com o trançado da palha de piaçava as mulheres produzem tapetes, bolsas, sacolas, e os demais produtos, todos produzidos manualmente e artesanalmente (Conheça..., 2003).

Essa atividade, fonte de emprego, renda e de desenvolvimento de um saber local, conseqüentemente de identidade cultural, vem sendo ameaçada pela restrição ao acesso da comunidade local à palha de piaçava, importante matéria-prima para o artesanato. Essa restrição acontece na prática devido à rápida transformação pela qual vem passando a área em questão: de uma região na qual predominava “mata livre” para uma em que equipamentos turístico-hoteleiros dominam a paisagem. De acordo com Mattedi (2002), a coleta da palha de piaçava sempre foi realizada nas redondezas das comunidades, ou seja, no “mato”, como se referem ao meio ambiente natural. Com a abertura da Linha Verde e a dinamização do turismo na região, esse “mato” encontra-se cada dia mais escasso e afastado das comunidades.

Assim, a construção da Linha Verde (BA-099), a especulação imobiliária ocorrida ao longo desta via que corta a APA-LN, aliada à implementação de grandes empreendimentos turístico-hoteleiros, como o Costa de Sauípe, vem abrindo oportunidades de trabalho e renda para a população mas, simultaneamente, vem desestruturando sistemas locais de produção artesanal. De acordo com o cadastramento de negócios da APA-LN, feito em 1999, existiam aproximadamente 90 empreendimentos relacionados com o artesanato de palha de piaçava, nos municípios de Mata de São João (42) e Entre Rios (48). No total, a atividade agrega mais de 150 pessoas ocupadas, que aprenderam o ofício, basicamente, com as famílias, através das suas sucessivas gerações (Mattedi, 1999).

A chegada de novos empreendimentos está associada a litígios com os moradores pré-existentes e, frequentemente, resulta em deslocamento destes últimos para faixas interioranas da subregião (CONDER, 2001). Entretanto, este movimento migratório intra-regional é um processo que remonta aos anos 70, quando intensificou-se a substituição de atividades tradicionais (agricultura de subsistência, extrativismo etc) por sistemas de produção mais modernos (florestas plantadas como matéria-prima industrial, equipamentos turístico-hoteleiros etc). Desta forma, acentuou-se a concentração fundiária e a desarticulação da estrutura ocupacional tradicional. A relação desse fenômeno com a desestruturação das atividades tradicionais, como o artesanato de palha de piaçava, pode ser ilustrada através da preocupação de moradores de Porto Sauípe demonstrada durante audiência pública, realizada em 15/05/95 no município de Mata de São João, para discussão do termo de referência para a elaboração do EIA/RIMA do Projeto Costa de Sauípe :

A Sra. Joselita Pereira [Presidente da Associação de Moradores de Porto Sauípe], da comunidade local, preocupada com o cultivo e a lavoura da piaçava, principalmente com relação ao artesanato, meio de atividade que proporciona a subsistência das comunidades carentes de Vila Sauípe e Porto Sauípe [questionou quanto ao] destino da piaçava com o impacto gerado pelo projeto de desmembramento e ocupação da Fazenda Sauípe. O Sr. Dr. Marcos Leoneli Espinheira [Representante da Odebrecht S.A.], respondendo, disse que no caso da piaçava já estava sendo substituída por uma cultura mais produtiva : a pupunha, que já ocupava mais de vinte hectares plantados em uma fazenda de demonstração (ECOPLAM, 1995).

De acordo com o PRODESU, o artesanato de palha de piaçava é um dos sistemas locais de produção mais ameaçados de desestruturação na área de influência do Complexo Costa de Sauípe. Esta desestruturação está relacionada à privatização da base de recursos naturais – até então, ‘livre’ ao acesso de todas as populações nativas da região e, particularmente, às mulheres artesãs da região de Sauípe – que vem ocorrendo no bojo do processo de concentração fundiária (CONDER, 2001). Assim, a restrição ao acesso das comunidades tradicionais da área de influência do empreendimento Costa do Sauípe às reservas naturais de Mata Atlântica para a extração de palha da piaçava e a possibilidade de extinção dessa matéria-prima para o artesanato, estimula a comunidade local a se organizar com o objetivo de garantir a sustentabilidade dessa atividade, criando novos espaços de negociação e parceria com os demais atores envolvidos.

4.4 Análise de Iniciativas Político-Institucionais para a Regulação do Conflito Sócio-Ambiental

Tendo em vista as perspectivas da atividade artesanal ressaltadas anteriormente, o Quadro 2 (ver Apêndice A) apresenta algumas iniciativas político-institucionais que estão sendo construídas a partir de um processo de negociação, entre os atores envolvidos com a questão sócio-ambiental na APA-LN. Nesse Quadro, são apresentados também os principais atores envolvidos, seus objetivos, interesses e suas lógicas de ação. A seguir, analisa-se algumas iniciativas político-institucionais que visam à construção de mecanismos de regulação de conflitos sócio-ambientais ligados à atividade de artesanato de palha de piaçava na APA-LN.

Uma das iniciativas pioneiras, motivada pela ameaça da atividade artesanal, foi à criação, em 1996, da Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe. A Associação “Artesãos de Porto de Sauípe Associados – APSA” nasceu de uma necessidade de desenvolver, organizar e defender o artesanato local. Com o número de associados relativamente baixo, a APSA representa os interesses dos artesãos: acesso garantido aos recursos naturais utilizados como matéria-prima para o artesanato; acesso a linhas de crédito; assistência técnica para organização da produção e melhoria da qualidade do produto; acesso a mercados existentes e desenvolvimento de novos mercados para a comercialização da produção (WS Atkins, 2000).

A APSA possui importância significativa na economia local, onde cerca de 150 pessoas têm no artesanato um meio para complementar a renda familiar. A produção artesanal, uma atividade eminentemente feminina, passada de geração a geração de maneira espontânea, além de exercer papel educativo, contribui para a preservação das raízes, identidade e cultura local. A organização da APSA permitiu, ainda, a formação, capacitação, padronização e manutenção da qualidade do trabalho, desde o manuseio da matéria-prima até o desenvolvimento de novos produtos, atendendo a demandas do mercado. Essa Associação pretende dar continuidade ao trabalho, estendendo-o para outros segmentos da população, através da formação de núcleos interativos com as comunidades. A institucionalização da APSA contou com o apoio das seguintes organizações (Conheça..., 2003):

- ← Conselho da Comunidade Solidária, através do “Projeto Trança do Mar” do “Programa Artesanato Solidário” desenvolvido com 47 artesãos ligados à APSA, da participação em feiras, criação de *folders* e de um portal na internet: galeriadeexpressoes.com.br;
- ← CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa), ONG’s que apoiaram a APSA principalmente na capacitação, organização e articulação com o mercado para venda de produtos;
- ← UNIFACS (Universidade Salvador) que realizou pesquisas de campo, através de um levantamento domiciliar, junto à cerca de 48 famílias de associados da APSA,

totalizando uma população de 244 pessoas, visando traçar um diagnóstico sócio-econômico dos artesãos.

Essa Associação, através de parcerias com o Governo Estadual (o PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia), iniciou um programa de capacitação no processo de produção, visando melhor qualidade e padronização das peças, além de cursos direcionados para a área administrativa e contábil. Fruto de um acordo realizado com a Sauípe S.A. (administradora do Projeto Costa de Sauípe), será construída uma sede para a APSA. A partir daí, espera-se uma maior interação entre as artesãs, troca de conhecimentos, padronização, qualidade e aumento da escala de produção para atender o aumento da demanda, fundamentalmente externa à região (Soares, 2003).

Em 1998, outra iniciativa institucional foi tomada com o propósito de regular a questão sócio-ambiental na APA-LN: foi criado, pelas Fundações Odebrecht e Banco do Brasil, o Instituto de Hospitalidade (IH). Atuante nas áreas de educação, trabalho, cultura e turismo, esta fundação, ligada ao setor privado, tenta alavancar o ‘desenvolvimento sustentado’, tendo no turismo o foco mais dinâmico. A preocupação, segundo essa instituição, é evitar que as atividades turísticas desenvolvidas na região, principalmente na década de 90, constituam um enclave regional. A questão fundamental proposta pelo IH é o envolvimento da comunidade na dinâmica dos empreendimentos turísticos, preservando e aprimorando o saber local. Na etapa de formulação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros, uma equipe do IH passou três meses junto às comunidades, procurando perceber como as manifestações de “modernidade” repercutiam sobre a vida destas. O principal foco de preocupação desse trabalho era a ameaça de desestruturação das comunidades locais, bem como das histórias e saberes ali construídos ao longo de anos. Estudos realizados pelo IH mostram, por exemplo, que as novas gerações não têm se interessado pelas atividades laborais tradicionais da região, dando preferência ao emprego formal nas modernas atividades turísticas (Teixeira, 2002).

Pesquisas realizadas pela UNIFACS comprovam os resultados encontrados pelo IH. De acordo com Mattedi (2002), o artesanato de palha de piaçava em Porto Sauípe está sofrendo risco de desestruturação, o que pode ser atestado pelo fato de 73% das artesãs associadas da APSA declararem não ensinar seu ofício. Isto se deve, em parte, ao desejo das novas gerações de ingressar no mercado de trabalho aberto pelo turismo. Entretanto, a falta de capacitação representa um entrave a este desejo. De qualquer forma, o maior percentual de moradores pesquisados de Mata de São João ocupados em uma atividade produtiva encontra-se nos serviços de hospedagem e alimentação (16,8%). Apenas cerca de 7% dos moradores pesquisados neste município e no de Entre Rios apresentam como ocupação principal o artesanato.

Assim, com o objetivo de proporcionar melhorias na qualidade da produção artesanal da Costa dos Coqueiros, possibilitar maior capacitação da população local e geração de trabalho e renda, o IH em parceria com a Sauípe S.A. inauguraram, em novembro de 2002, a “Escola de Produção Vila Sauípe”. Com oficinas de artesanato e técnicas agrícolas, a Escola, cujo investimento foi de R\$ 133 mil, tem capacidade para atender a 160 pessoas por dia (Vila..., 2002). De acordo com Oliveira (2003), uma outra iniciativa do Complexo Sauípe para a inserção do artesanato local na cadeia produtiva do turismo foi a inauguração da “Loja do Artesão” no interior deste complexo turístico-hoteleiro. Cerca de 200 artesãos são beneficiados através deste novo canal de comercialização de seus produtos, gerando uma renda de aproximadamente 2 (dois) salários mínimos mensais.

Uma outra iniciativa político-institucional visando à regulação da questão sócio-ambiental na área pesquisada é o Fórum de Acompanhamento da Implantação do Projeto Costa de Sauípe, criado em 1996, para atender ao condicionante XVIII da Licença de Implantação do Projeto Costa de Sauípe (Resolução CEPRAM 1326 de 19/12/96):

Criar um Fórum de Acompanhamento da Implantação do Projeto, composto por representantes da Câmara de Vereadores de Mata de São João e Entre Rios, representantes da classe empresarial, representantes das associações de moradores, representantes das entidades ambientalistas, representantes do Governo do Estado e representantes da empresa, no prazo de 30 dias antes do início das obras.

A continuidade desse mecanismo político-institucional de regulação passou a ser também exigência da Resolução CEPRAM 2573 de 19/01/01 (Condicionantes XXXVIII e XLII), que autoriza a emissão da Licença de Operação do Complexo Costa de Sauípe. Assim, reativado em março de 2001, esse Fórum tem o objetivo de acompanhar a gestão sócio-ambiental do empreendimento Costa de Sauípe e construir sua legitimidade junto às comunidades da área de influência. O Fórum é composto por um representante de cada comunidade do entorno, o diretor técnico da ECOPLAM (empresa responsável pela assessoria técnica da gestão ambiental de Costa de Sauípe), o Diretor de Operações da Sauípe S.A. e representantes convidados. Os convidados são atores envolvidos com a temática em discussão. A mobilização para as reuniões, que acontecem a cada dois meses, é realizada por uma assistente social da ECOPLAM. A meta é que todos os conflitos sócio-ambientais identificados na área de influência do empreendimento Costa de Sauípe sejam discutidos e mediados no Fórum. Segundo Soares (2003), encontra-se em discussão no Fórum a criação do Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, que elencará as prioridades para o desenvolvimento local da região a partir de demandas legitimadas pelos seus representantes.

É importante ressaltar que, segundo um representante da ECOPLAM, diferentemente da questão referente à melhoria da qualidade do artesanato local visando uma maior facilidade na comercialização desses produtos, o problema da restrição ao acesso da população tradicional à palha de piaçava, matéria-prima para o artesanato local, ainda não foi objeto da pauta de discussão do Fórum (Nascimento, 2003). Entretanto, esta questão sócio-ambiental é também percebida, por alguns dos atores envolvidos com a gestão da APA-LN, como um problema para a sustentabilidade do artesanato local. Para uma das representantes da CONDER, por exemplo, a estratégia adequada para a regulação desse conflito é a criação de reservas extrativistas, propriedades de uso coletivo, conforme depoimento de Souza, M. L. (2002, p.1):

O artesanato melhorou de fato e o mercado ampliou bastante, até exportam! Eles têm um sério problema que é a dificuldade crescente de acesso à matéria prima, a piaçava, já que são vizinhos do Complexo Sauípe e todo o "mato" do entorno, agora tem "dono", cercas ou mesmo não existe mais, já virou lotes. Quando têm uma encomenda maior, as mulheres têm que alugar caminhão pra seguirem para o norte (Esplanada, Conde, Jandaíra etc.) onde ainda há "mato". Temos idéias, ante-projetos para trabalhar essa outra "perna" da questão, que envolve pesquisa, contatos, articulação com os proprietários das terras e as instituições, objetivando negociações para a criação de reservas extrativistas.

A criação de reservas extrativistas, visando garantir o acesso das comunidades de artesãos aos recursos naturais de uso comum, remonta a 1995 quando da elaboração do ZEE para o Plano de Manejo da APA-LN. Em 2001, essa estratégia apareceu novamente como um dos projetos do PRODESU. O referido projeto previa a intermediação do IBAMA e parcerias entre CRA, CONDER, comunidades locais e proprietários de terras para a criação de reservas extrativistas ao longo da APA-LN. Porém, ainda de acordo com Souza, M. L. (2003, informação verbal):

O projeto das reservas extrativistas foi feito e submetido ao DFID para financiamento, porém o mesmo, assim como todo o PRODESU, não foi adiante. Uma, entre as muitas razões (como a falta de recursos financeiros), para que isto acontecesse foi as contínuas mudanças institucionais ocorridas durante o período: em 1999, no meio do PPGA, o órgão gestor da APA-LN foi mudado da CONDER para o CRA; em 2003, com a criação da nova Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, a APA-LN passou a ser administrada pela Diretoria de Gestão de Unidades de Conservação ligada à Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação do Governo do estado.

A restrição ao acesso dos artesãos à palha de piaçava é também percebida como problema sócio-ambiental pela representante da UNIFACS, conforme atesta o depoimento de Mattedi (2003, informação verbal):

O conflito referente à restrição ao acesso à palha de piaçava apareceu durante a realização do diagnóstico sócio-econômico com os artesãos associados a APSA, realizado pela UNIFACS sob encomenda da Comunidade Solidária. O problema sócio-ambiental não é a falta de piaçava. É que ali até bem recentemente, a três ou quatro anos atrás, embora todo o território tivesse dono, estes estavam bem longe e não incomodavam ninguém. Mas, depois do Complexo Sauípe, começou a haver um maior controle de terras, fechamento de áreas, que antes, embora fossem áreas particulares não chegavam a causar nenhum tipo de conflito maior. A população local tinha o acesso e uso comum daquela região. Estudos mostram a existência, num passado não muito distante, de agricultura itinerante, da prática de roçado em terras de terceiros, com o consentimento destes (às vezes sem a necessidade de pagar renda) etc. Assim, o acesso à palha de piaçava tendeu a ficar mais complicado mesmo depois da abertura do Projeto Sauípe. Na minha percepção existe sim o conflito, porque os depoimentos dos artesãos atestam que até bem recentemente a palha de piaçava era coletada num raio bem próximo às suas residências. Hoje, já há necessidade de atravessar a Linha Verde para o lado oeste ou “subir” pela estrada de ônibus ou caminhão alugados, em esquema cooperativado, para a extração de piaçava.

Este depoimento é reforçado pela análise de conteúdo de documentos de pesquisa realizados por alunos e pesquisadores de ciências sociais da UNIFACS, na área de desenvolvimento social, visando traçar um diagnóstico sócio-ambiental da APA-LN que subsidiasse a elaboração do PPGA/PRODESU. No que se refere ao diagnóstico sócio-econômico dos artesãos da APSA, fez-se uma descrição do processo produtivo do artesanato local e, durante a etapa referente à coleta de matéria-prima, apareceu como ameaça a dificuldade de acesso à palha de piaçava. Segundo os resultados da pesquisa sobre empreendimentos formais e informais nas áreas da APA-LN de Mata de São João e Entre Rios, 54,4% dos empreendedores ligados à exploração de recursos naturais mencionaram a crescente distância e as dificuldades de acesso em relação às fontes de matéria-prima. Isto é, a necessidade dos artesãos de, em alguns momentos de forte demanda, contratarem serviços de transporte para coletarem matéria-prima em municípios situados mais ao norte da APA-LN (Conde, Esplanada, Jandaíra etc) que ainda não sofreram tão fortemente o processo de especulação imobiliária quanto à área de influência do Complexo Sauípe. Este problema tem influência negativa sobre o custo de produção e a produtividade do artesanato, podendo levar a maiores dificuldades na comercialização dos produtos e, conseqüentemente, colocando em risco a sustentabilidade do artesanato de palha de piaçava como uma das principais fontes de trabalho e renda das populações tradicionais da região (Mattedi *et al.*, 1999).

Essas iniciativas político-institucionais apontam para a capacidade dos atores sociais movidos por interesses e lógicas distintas organizarem espaços de negociação e criarem mecanismos de regulação para a convivência dentro de um mesmo território. São iniciativas ainda incipientes, tendo em vista a complexidade da questão referente à restrição ao acesso à piaçava na área de influência do Complexo Costa de Sauípe, mas que sinalizam para a importância do processo de interação e da busca permanente de cooperação entre os atores envolvidos. Acredita-se que a “solução” para essa relação de conflito sócio-ambiental passa pela ação coletiva dos atores envolvidos e criação de espaços públicos de negociação e institucionalização de mecanismos de regulação que legitimem a história e cultura das comunidades locais.

Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo analisar o processo de regulação da relação de conflito sócio-ambiental referente à restrição ao acesso das populações tradicionais da área de

influência do Complexo Costa de Sauípe à principal matéria-prima para o artesanato local, a palha de piaçava. Partindo-se da problemática que considera o conflito sócio-ambiental como um tipo de conflito social entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade, escolheu-se a abordagem sociológica das lógicas de ação, inscrita no referencial teórico institucionalista, para construir uma grade de análise que permitisse mapear o processo de construção de mecanismos político-institucionais de regulação do conflito.

Como para a abordagem sociológica das lógicas de ação é impossível analisar o comportamento dos atores sócio-ambientais fora do contexto político-institucional que os envolve, torna-se necessário contextualizar situações-problema que captem o conteúdo específico de conflitos sociais cujo objeto seja a apropriação privada de elementos ambientais. Utilizando-se essa premissa como fio condutor para a pesquisa de campo, analisou-se o processo de regulação político-institucional da questão sócio-ambiental envolvendo o acesso à palha de piaçava na área de influência do Complexo Costa de Sauípe à luz da grade analítica adotada.

A presente análise buscou compreender como o processo de construção de laços entre os novos atores do segmento turístico-hoteleiro e os tradicionais atores locais está servindo de substrato para iniciativas político-institucionais de regulação do conflito sócio-ambiental estudado. Visando minimizar a ameaça de desestruturação do artesanato de palha de piaçava na área de influência de Costa de Sauípe, vêm sendo adotadas algumas iniciativas institucionais, ainda que tímidas, por parte de atores que possuem interesses e lógicas de ação divergentes. Assim, enquanto parte dos atores envolvidos percebem somente a dimensão econômica *stricto sensu* do problema, focando nos resultados (a baixa qualidade do produto artesanal que dificulta a comercialização), os outros atores focam o problema na sustentabilidade do processo produtivo do artesanato local (ameaçado pela crescente dificuldade de acesso à sua principal fonte de matéria-prima, devido à apropriação privada de um dos elementos da Mata Atlântica considerada como patrimônio nacional, a palha de piaçava).

Busca-se, portanto, mostrar como o conflito sócio-ambiental pode atuar como força motriz para aumentar o nível de mobilização dos atores envolvidos na busca de um desenvolvimento local mais integrado e sustentável que incorpore os fazeres e saberes locais. Tem-se a consciência de que os resultados aqui apresentados são ainda limitados e refletem apenas o início do processo de institucionalização da questão-problema, objeto da investigação: a análise de uma relação conflituosa que ainda não se transformou num conflito sócio-ambiental “concreto”.

Defende-se, porém, que o padrão de relação sociedade-natureza estabelecido secularmente no Litoral Norte da Bahia vem sofrendo ameaças devido a alguns fatores, dentre os quais pode-se destacar o crescimento do turismo e a conseqüente especulação imobiliária, ampliando a apropriação privada dos recursos naturais. O planejamento do turismo nesta região, estruturado como uma atividade moderna e integrada ao mercado internacional, “privilegiou o natural em detrimento do social e o global em detrimento do local” (Mattedi, 2002, p. 118). Sendo assim, busca conservar o meio ambiente, enfatizando os recursos naturais e paisagísticos necessários para o desenvolvimento da atividade turística, mas não vem priorizando a contento a preservação dos modos de vida das populações locais. No caso do modo de acesso e uso dos recursos naturais, por exemplo, o sistema tradicionalmente utilizado baseia-se na apropriação coletiva destes, atribuindo-lhes prioritariamente um valor de uso. Entretanto, este sistema está sofrendo uma ameaça, relacionada principalmente à especulação imobiliária, que privilegia o valor de troca dos recursos naturais em detrimento do valor de uso.

Espera-se que este artigo possa contribuir para trazer à discussão os principais pontos de um projeto de pesquisa sobre conflitos sócio-ambientais que valoriza as lógicas de ação dos atores envolvidos e contextualiza as situações-problema nas quais estes atores estão inseridos, visando entender o processo de construção de mecanismos político-institucionais de regulação que estão servindo de base para as políticas de “sustentabilidade” da APA-LN.

Referências

- AMBLARD, H., BERNOUX, P., HERREROS, G., LIVIAN, Y-F. **Les nouvelles approaches sociologiques des organisations**, Paris: Seuil, 1996. 245p.
- ANDRADE, J.C.S. **Conflito, cooperação e convenções**. Salvador. Tese (Doutorado em Administração) – NPGA/UFBA, 2000 (mimeo).
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. **De la justification**. Paris: Gallimard, 1991.
- CALLON, M. e LATOUR, B. **La science telle qu'elle se fait**. Paris: La Découverte, 1991.
- CARNEIRO, M. Costa do Sauípe projeta faturamento de R\$ 110 milhões no primeiro ano. **Gazeta da Bahia**, Salvador, 20 jun. 2001. p.1.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU**. Salvador, outubro, 2001.
- CONHEÇA mais sobre os artesãos de Sauípe. **galeriadeexpressoes.com.br**. Acesso em 07/03/2003.
- CROZIER, M., FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective**. Paris: Éditions du Seuil, 1977. 500p.
- EMPRESA DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL – ECOPLAM. **Projeto Sauípe: Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA)**. Salvador, outubro 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997. 63p.
- MATTEDI, M. R. M. Professora UNIFACS. **Conflitos Sócio-Ambientais na Área de Proteção Ambiental**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 04 abr. 2003.
- _____. **Sociedade e Meio Ambiente no Litoral Norte da Bahia: transição para a (in)sustentabilidade**. Série: Estudos e Pesquisas nº 7. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. UNIFACS. Salvador, setembro 2002.
- _____. *et al.* (coord.) **Diagnóstico socioambiental da APA-LN**. Salvador, 1999.
- NASCIMENTO, J. C. S. Diretor Financeiro da ECOPLAM. **Sistema de Gestão Ambiental do Complexo Sauípe**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 17 jan. 2003.
- OLIVEIRA, F. Diretor de Operações da Sauípe S.A. **Relação do Complexo Sauípe com as comunidades**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 18 fev. 2003.
- OLIVEIRA, J. A. P. **Implementing Environmental Policies in Developing Countries**. MIT: United States. Thesis (PhD in Urban Studies and Planning), September 2000. (mimeo).
- SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.
- SOARES, J. Presidente da APSA. **Desenvolvimento do Artesanato na Área de Influência do Complexo Costa de Sauípe**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 14 fev. 2003.
- SOUZA, M. Odebrecht comprou parte de Sauípe ao Banco de Londres. **A Tarde**. Salvador, 25/08/2002 (Caderno Local, p.17).
- SOUZA, M. L. C. Técnica da CONDER. **Lançamento Site Artesãos de Porto Sauípe**. E-mail para celiosa@ufba.br recebido em 25/07/2002.
- _____. Técnica da CONDER. **Conflitos Sócio-Ambientais na Área de Proteção Ambiental**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 28 mar. 2003.
- TEIXEIRA, S. Presidente do IH. **Atuação do IH em Sauípe**. Entrevista concedida à equipe de pesquisa, Salvador, 04 out. 2002.
- VILA Sauípe ganha centro de capacitação e treino. **A Tarde**. Salvador, 3/11/2002.(Caderno Empregos, p.6)
- WS Atkins International Limited. **Programa de Planejamento e Gestão Ambiental da APA Litoral Norte, Estado da Bahia, Brasil**: Análise dos Interessados. Julho 2000.

APÊNDICE A Quadro 02 – Iniciativas Político-Institucionais de Regulação de Conflitos Sócio-Ambientais da APA-LN

DATA	INICIATIVA	ATOR PRINCIPAL	SETOR	OBJETIVO	LÓGICA
1992	Criação da APA-LN	CRA/CEPRAM	Público	<ul style="list-style-type: none"> Preservar os recursos naturais e culturais da região da Costa dos Coqueiros, pressionados pela construção da Linha Verde (BA-099). 	<ul style="list-style-type: none"> Garantia da execução da política de meio ambiente do Estado; Definição dos parâmetros legais da questão ambiental.
1995	Elaboração do Plano de Manejo da APA-LN	CONDER	Público	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os impactos ambientais negativos ao longo da APA-LN; Estabelecer diretrizes de ocupação e uso do solo compatível com a diversidade e a fragilidade dos ecossistemas existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento do Estado através do planejamento regional
1996	Criação da Associação de Artesãos de Porto Sauípe	Associação de Artesãos de Porto Sauípe	Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Lutar pela implantação de projetos que assegurem o 'livre' acesso dos artesãos à matéria-prima; Inserir o artesanato na cadeia produtiva do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Representação dos interesses dos artesãos de Porto de Sauípe; Conservação de tradicionais fontes de renda e cultura locais.
1996	Criação do Fórum de Acompanhamento da Implantação do Projeto Sauípe	Representantes dos setores público, privado e sociedade civil	Todos	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a gestão ambiental do empreendimento Sauípe e gerir sua relação com a comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantia da legitimidade das ações sócio-ambientais do Complexo Sauípe através da participação de atores locais envolvidos.
1998	Início do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros	IH – Instituto de Hospitalidade	Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Alavancar o “Desenvolvimento Sustentado” da região tendo no turismo o foco mais dinâmico; Integrar os empreendimentos turístico-hoteleiros com as comunidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de novas oportunidades de trabalho, renda e capacitação Criação de um ambiente favorável para grandes investimentos turísticos;
2001	Lançamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável da APA-LN	CONDER	Público	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer critérios e estratégias para uma política de desenvolvimento sustentável da região. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento do Estado através do planejamento regional
2002	Inauguração da Escola de Produção Vila Sauípe	IH	Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade da produção artesanal da Costa dos Coqueiros e possibilitar a geração de emprego e renda para a população local. 	<ul style="list-style-type: none"> Inserção da população da Costa dos Coqueiros na dimensão econômica da atividade turística como estratégia de desenvolvimento local